

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

LEONARDO KLERING STAUDT

**REFLEXOS DA IMPLANTAÇÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA:
UM ESTUDO NAS OFICINAS MECÂNICAS DO MUNICÍPIO DE FELIZ/RS**

CAXIAS DO SUL

2017

LEONARDO KLERING STAUDT

**REFLEXOS DA IMPLANTAÇÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA:
UM ESTUDO NAS OFICINAS MECÂNICAS DO MUNICÍPIO DE FELIZ/RS**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul

Orientador TCC I: Prof. Ms. Eduardo
Tomedi Leites
Orientador TCC II: Prof. Ms. Tarcísio
Neves da Fontoura

CAXIAS DO SUL

2017

LEONARDO KLERING STAUDT

**REFLEXOS DA IMPLANTAÇÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA:
UM ESTUDO NAS OFICINAS MECÂNICAS DO MUNICÍPIO DE FELIZ/RS**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul

Orientador TCC I: Orientador TCC I: Prof. Ms. Eduardo Tomedi Leites
Orientador TCC II: Prof. Ms. Tarcísio Neves da Fontoura

Aprovado (a) em 30 / 06 / 2017.

Banca Examinadora:

Presidente

Professor Mestre Tarcísio Neves da Fontoura
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Examinadores:

Professora Ma Maria Salete Goulart Martins Denicol
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Professor Mestre Leandro Rogério Schiavo
Universidade de Caxias do Sul - UCS

AGRADECIMENTOS

Quero expressar meus agradecimentos a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, colaboraram para que este trabalho fosse realizado. Em especial aos meus orientadores, Professor Mestre Tarcísio Neves da Fontoura e Professor Mestre Eduardo Tomedi Leites, pela competência e orientação durante todo o desenvolvimento desta monografia. Agradeço também aos meus familiares e em especial a minha namorada Natália. Por fim, gostaria de reconhecer a grande ajuda dos fiscais municipais de Feliz, Ramsés Machado e Eduardo Mello da Silva.

RESUMO

A contabilidade desde sua criação vem evoluindo muito, em seus primórdios não se imaginava onde essa ciência poderia chegar. Com o passar do tempo e com o avanço das tecnologias a contabilidade não ficou para trás, evoluiu bastante e hoje estamos vivendo a era da informação, a era do Sped. Um dos desdobramentos do grande projeto Sped é a Nota Fiscal de Serviço Eletrônica. O desenvolvimento do estudo deu-se no Município de Feliz, especificamente no ramo de oficinas mecânicas. Nenhum estudo sobre os reflexos que a mudança do meio de papel para o meio eletrônico de emissão de notas foi feito até o momento, então este estudo buscou verificar sob o ponto de vista dos empresários e do fisco municipal o que realmente mudou. Essa é uma pesquisa quantitativa e foram utilizados dois tipos de questionários, um direcionado aos empresários do ramo de oficinas mecânicas e outro para o secretário e fiscais municipais. Além disto, com base nos dados consultados junto a Prefeitura Municipal de Feliz, foi possível fazer uma breve análise a respeito da arrecadação municipal do setor analisado. Como embasamento teórico, foram utilizados diversos autores e em relação ao Sped, foi utilizado principalmente o portal na internet do projeto. Ao final corrobora-se com as pesquisas e análises efetuadas, que os reflexos da implantação foram mais positivos do que negativos.

Palavras-chave: Nota Fiscal Eletrônica. Feliz. Oficinas mecânicas. Sped. Prestação de serviço.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Projeto Sped	17
Figura 2: Dados globais	29
Figura 3: Regime de Tributação	31
Figura 4: Forma de opção pelo meio eletrônico.	32
Figura 5: Fiscalização melhorou?	34

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1: Principais dificuldades	33
Quadro 2: Principais benefícios.....	35
Quadro 3: Principais benefícios, visão dos fiscais.....	38
Quadro 4: Principais dificuldades, visão dos fiscais.	41

LISTA DE SIGLAS

CNAE -	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CT-e -	Conhecimento de Transporte Eletrônico
CTN -	Código Tributário Nacional
ECD -	Escrituração Contábil Digital
ECF -	Escrituração Contábil Fiscal
EFD -	Escrituração Fiscal Digital
EFD-Reinf -	Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações da Contribuição Previdenciária Substituída
FGTS -	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
INSS -	Instituto Nacional da Seguridade Social
ISSQN -	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
MPS -	Ministério da Previdência Social
NFC-e -	Nota Fiscal ao Consumidor Eletrônica
NF-e -	Nota Fiscal Eletrônica
NFS-e -	Nota Fiscal de Serviço Eletrônica
PVA -	Programa Validador Assinador
RFB -	Receita Federal do Brasil
SPED -	Sistema Público de Escrituração Digital

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	10
1.2	TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	11
1.3	HIPÓTESES OU PROPOSIÇÕES	12
1.4	OBJETIVOS	12
1.4.1	Objetivo geral	12
1.4.2	Objetivos específicos	12
1.5	ESTRUTURA DO ESTUDO	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1	A CONTABILIDADE E SUA EVOLUÇÃO	14
2.2	A RELAÇÃO DA CONTABILIDADE COM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	15
2.3	PROJETO SPED	16
2.3.1	NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e)	23
2.3.2	NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA (NFS-e)	24
2.3.3	IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇO E CNAE	25
3	METODOLOGIA	27
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA	27
3.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	28
4	ESTUDO	29
4.1	ANÁLISE DOS REFLEXOS NA ARRECADAÇÃO	29
4.2	ANÁLISE DE QUESTIONÁRIO PARA EMPRESAS	30
4.3	ANÁLISE DE QUESTIONÁRIO DOS FISCAIS	37
5	CONCLUSÃO	44
	REFERÊNCIAS	46

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DAS EMPRESAS	49
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DOS FISCAIS E SECRETÁRIO	53

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

No mundo globalizado as mudanças ocorrem rapidamente e inovações vêm ocorrendo em todos os campos, principalmente na área de tecnologia. Isto vem fazendo com que as empresas tenham que trabalhar e tomar decisões em ritmo maior do que há alguns anos atrás. Essa evolução permite que os dados sejam compartilhados em tempo real. Esse quadro evolutivo permitiu que as ferramentas de controle progredissem tanto em quantidade como em qualidade, de modo que as informações pudessem ser reunidas com mais eficácia (SILVA et al. 2014).

Com o processo de informatização evoluindo rapidamente, o governo e as empresas tiveram de acompanhar as mudanças. Nesse sentido também, com cada vez mais informações disponíveis as organizações necessitavam de um meio de se certificar que o que estava sendo divulgado e apresentado era o retrato da realidade. Isto é, necessitavam que as informações tivessem um dispositivo que transmitisse maior confiabilidade do que o meio de papel. Além de passar maior confiança aos receptores e fiscalizadores das informações, os avanços tecnológicos também vêm contribuindo para a redução de custos e economia de tempo.

Estudar e analisar as novas tecnologias tornou-se muito importante para a organização das empresas modernas. Nesse sentido a utilização de meios eletrônicos tornou-se parte indispensável para as empresas de micro, pequeno, médio e grande porte. No campo da contabilidade esse processo de informatização veio principalmente com a implantação do projeto Sped.

Várias mudanças relevantes ocorreram na legislação e nos procedimentos de contabilidade. No ano de 2007, conforme citado acima, o Governo Federal instituiu o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). O Sped tem como objetivos principais a padronização e o compartilhamento das informações contábeis e fiscais. É composto por três grandes subprojetos: Escrituração Contábil Digital (ECF), Escrituração Fiscal Digital (EFD) e a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Segundo Nascimento (2013, p. 61), o Sped requer do contribuinte três competências, sendo elas, conhecimento dos envolvidos no ambiente empresarial, estrutura e saber tecnológico dos usuários da tecnologia e mão de obra técnica especializada.

O projeto da Nota Fiscal Eletrônica tem como finalidade padronizar as informações transmitidas pelas empresas, para que haja maior confiabilidade nas declarações e documentos apresentados. Além disto, a guarda dos documentos por meio de XML é facilitada, substituindo a emissão da nota fiscal em papel, por nota eletrônica. O objetivo principal do projeto da NF-e encontra-se descrito no sítio eletrônico da Nota Fiscal Eletrônica (2016):

O Projeto NF-e tem como objetivo a implantação de um modelo nacional de documento fiscal eletrônico que venha substituir a sistemática atual de emissão do documento fiscal em papel, com validade jurídica garantida pela assinatura digital do remetente, simplificando as obrigações acessórias dos contribuintes.

Dentro do projeto da NF-e, temos as notas de indústria e comércio que seguem um modelo padrão nacional de emissão. Por enquanto para os modelos de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica, não há um padrão nacional e assim sendo é de competência municipal a busca por *software* para emissão de tais notas.

Tendo isso em vista, os municípios também passaram a se adaptar aos meios eletrônicos, sendo que as notas fiscais de prestação de serviço são de sua competência. Os municípios começaram a implantar sistemas privados para disponibilizar aos empresários a emissão eletrônica das notas. Desde então estes sistemas vem sendo aprimorados para acelerar os processos de emissão e também o controle das empresas e dos fiscos municipais.

1.2 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Com o avanço das tecnologias e dos processos, o governo decidiu por também modernizar seus processos e controle. Tendo isso em vista, alguns municípios implantaram servidores para a emissão das Notas Fiscais de Serviço de forma eletrônica.

A Nota Fiscal Eletrônica foi implantada no Município de Feliz foi no ano de 2010. A mudança foi gradual, pois a municipalidade estabeleceu um calendário e a partir disto as empresas foram sendo obrigadas a fazer a emissão das notas por meio eletrônico, até o momento que todas as empresas passaram utilizar o portal da NFS-e para emitir suas notas.

Esse processo tem dois lados, ele pode acelerar os procedimentos de emissão, eliminando problemas de rasuras e também fazer com que haja uma economia com a emissão de talões físicos. Por outro lado, a inovação pode trazer dificuldades iniciais principalmente aos empresários menores, que não dispõem de tecnologias ou ainda não possuem conhecimento técnico sobre informática básica.

A motivação para desenvolvimento do estudo é oriunda da possibilidade da verificação dos benefícios da implantação das tecnologias e os impactos do novo sistema de emissão de notas de serviço municipal. Diante disto, delimita-se o estudo na Nota Fiscal de Serviço Eletrônica no Município de Feliz e os reflexos que teve tanto no fisco, quanto do ponto de vista dos empresários do setor de oficinas mecânicas.

Tendo como problema de pesquisa: Quais os reflexos da implantação da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica no Município de Feliz sob o ponto de vista do fisco municipal e dos empresários do setor de oficinas mecânicas?

1.3 HIPÓTESES OU PROPOSIÇÕES

P₁: A arrecadação aumentou com a implantação do sistema de emissão eletrônico de notas fiscais de serviço.

P₂: O sistema facilitou a emissão de notas de serviço.

P₃: O controle sobre a emissão aumentou após a implantação.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo geral

Analisar os reflexos da implantação da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica no Município de Feliz sob o ponto de vista do fisco municipal e dos empresários do setor de oficinas mecânicas.

1.4.2 Objetivos específicos

- Fazer um levantamento bibliográfico relacionado ao projeto Sped em especial à nota fiscal eletrônica.

- Coletar os dados sobre a arrecadação, junto à Prefeitura Municipal de Feliz, com ênfase nos CNAE referentes ao serviço de oficinas mecânicas.
- Aplicar questionário com os fiscais tributários e secretário da fazenda do município.
- Aplicar questionário junto às empresas do setor de oficinas mecânicas.
- Analisar os dados, buscando relacionar os efeitos da implantação da nota fiscal eletrônica de serviço.

1.5 ESTRUTURA DO ESTUDO

No primeiro capítulo será apresentada uma contextualização do tema, bem como o tema e a questão de pesquisa, além das hipóteses e dos objetivos geral e específico.

No segundo capítulo, que é o referencial teórico, serão apresentados os diversos projetos que compõe o grande projeto Sped. Este capítulo tem o objetivo de demonstrar e explicar a função de cada um dos projetos até chegar a Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e), demonstrando a dimensão do Sped. Finalizando com uma breve explanação sobre os impostos que incidem sobre serviços e também o que é o CNAE.

No terceiro capítulo será apresentada a metodologia do estudo, por meio do delineamento da pesquisa e logo após a apresentação dos procedimentos de coleta e análise dos dados.

No quarto capítulo, será apresentado o estudo. Onde inicialmente será feita uma análise a respeito da arrecadação municipal a partir da implantação da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica, levando em consideração o CNAE de prestação de serviço de oficinas mecânicas. Logo após, serão analisados os questionários aplicados junto aos empresários do setor de oficinas mecânicas. Também serão analisadas as respostas do questionário específico aplicado aos fiscais municipais e secretário da fazenda.

Por fim no quinto capítulo, será feita a conclusão da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A CONTABILIDADE E SUA EVOLUÇÃO

A origem da Contabilidade está associada ao crescimento da sociedade. O começo foi mais lento, pois os registros eram feitos somente para inventários físicos, o crescimento acelerou-se a partir do advento da criação da moeda. A partir da chegada da moeda, foi possível mensurar a riqueza que cada um possuía e também as suas variações. Neste mesmo período a demanda para financiamentos de navegações cresceu, juntamente com isso viu-se necessidade em apurar lucros e perdas com tais financiamentos, por embarcação e assim a contabilidade conseguiu um grande avanço (YAMAMOTO; PACCEZ; MALACRIDA; 2011).

Ainda segundo Yamamoto, Paccez e Malacrida (2011), a partir da Revolução Industrial outras necessidades surgiram. Foi necessário iniciar o controle e avaliação dos produtos em elaboração, ou seja, que não eram adquiridos prontos. Outra necessidade que contribui muito para a evolução da contabilidade foi novamente a grande demanda por capital financeiro, isso fez com que as informações gerenciais tornaram de maior importância para os administradores e gestores das empresas.

Segundo Gonçalves e Baptista (2011, p. 3), a contabilidade tem sido uma área definida como arte, técnica ou ciência. É ciência, pois tem um objeto determinado que no caso, é o patrimônio. O objetivo é estudar o patrimônio sendo ele de pessoa física ou jurídica e para isto a contabilidade desenvolveu técnicas para controlar as mutações do seu objeto.

A contabilidade tem por fim coletar dados, registrar documentos e gerar informações para que os donos do patrimônio possam fazer um melhor controle e planejamento de suas informações. Para Gonçalves e Baptista (2011, p. 4), planejar significa decidir, entre diversas alternativas que se apresentam qual curso tomar para atingir com mais eficiência e eficácia o objetivo almejado.

As empresas possuem bens, diretos e obrigações, a contabilidade une todos estes dados. Os bens e diretos são os ativos, as obrigações são os recursos de terceiros e os recursos dos sócios são o patrimônio líquido (MULLER, 2012).

2.2 A RELAÇÃO DA CONTABILIDADE COM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Nos dias hoje a informática está presente em praticamente todas as áreas profissionais e na contabilidade não é diferente. A contabilidade nos dias de hoje não vive sem a informática, principalmente porque cada vez mais as organizações contábeis ou não, investem mais em sistemas de controle e gestão para a área contábil. Além disto, a informatização trouxe mais rapidez na geração das informações e mais segurança para análise e tomada de decisões. A profissão do contador teve grandes avanços a partir da implantação de softwares melhores, entre outras vantagens, dentre elas o aumento da produtividade, maior segurança nas informações, melhoria da qualidade do serviço prestado bem como mais facilidade para acesso as informações.

A informatização tem conquistado a sociedade, gerando um aumento de produtividade nos diversos setores econômicos, bem como facilitando a nossa existência pela rapidez com que adquirimos ou geramos dados, informações, conhecimentos, saberes e destrezas. (CARDOSO, 2002, p. 214).

Conforme Petri et al. (2013), desde a descoberta do papiro que fez com que a contabilidade evoluísse de um controle rudimentar para registros em volumes menores e mais detalhados, os registros contábeis passaram por diversas modificações e evoluções. De documentos escritos a mão, para máquinas de escrever, e em seguida os computadores que vieram acompanhados de sistemas que informatizaram os procedimentos contábeis, aumentando a segurança, confiabilidade e qualidade dos serviços prestados pela área.

O crescimento e a evolução da contabilidade têm colocado os profissionais da área contábil de volta as salas de aula como aprendizes, buscando se atualizar sobre as novas tecnologias. Em um esforço conjunto entre a tecnologia da informação somado às diversas esferas publicas, foi possível uma maior comunicação e agilidade para transmissão das informações para a Receita Federal, com a criação do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED (NEVES, OLIVEIRA, CARNEIRO, 2011).

2.3 PROJETO SPED

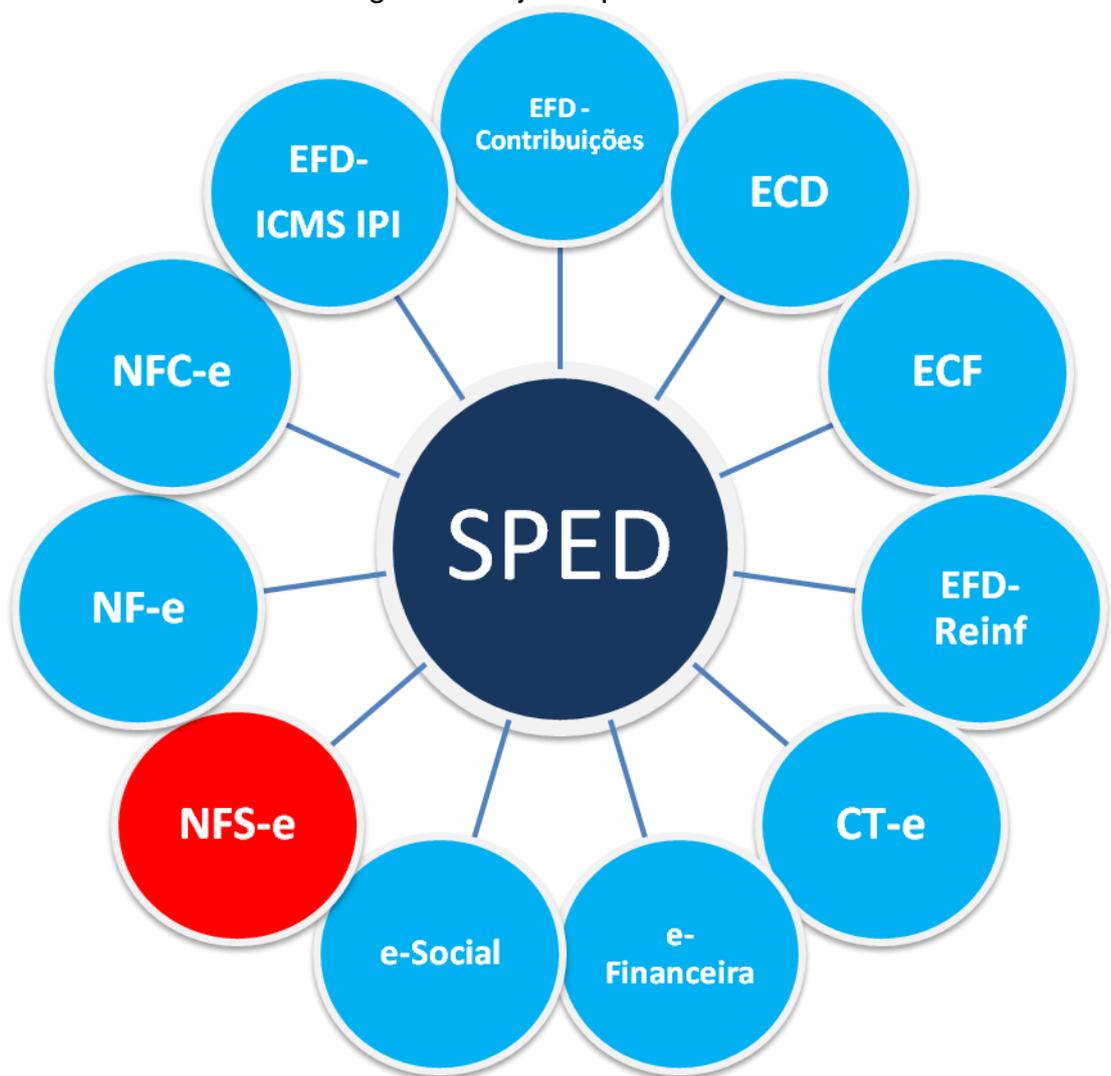
O Sped é a forma eletrônica de envio das declarações fiscais e contábeis. As empresas se utilizam da certificação digital para assinatura eletrônica e assim garantem a validade jurídica digitalmente. O decreto nº. 6.022 de 2007 e a instrução normativa da Receita Federal nº. 787, de novembro de 2007, instituíram o Sped. Este projeto tem por objetivo, alterar a forma de emissão e armazenamento dos documentos fiscais bem como alterar as escriturações fiscais e contábeis, fazendo com que todas as empresas necessitem se adaptar a era da informática (MARIANO; AZEVEDO, 2013).

Segundo o sitio da Receita Federal (2016), alguns dos objetivos do Projeto Sped são: promover a integração dos fiscos, padronizando as informações contábeis e fiscais; tornar mais acelerada a identificação de ilegalidades tributárias, melhorando o controle e aumentando a velocidade de acesso as informações e assim tornando a fiscalização mais efetiva; e uniformizar as obrigações acessórias, unificando diferentes obrigações acessórias de órgãos fiscalizadores distintos.

Para Nascimento (2013), são dez as premissas básicas que consolidam as razões da existência do Projeto Sped, sendo elas: melhorar o ambiente de negócios para as empresas no país; suprimir a concorrência desleal com o aumento da competição entre as empresas, neste ponto o autor sugere que isso se dará pela diminuição da sonegação; propiciar o compartilhamento de informações entre as diversas esferas do fisco; a manutenção da responsabilidade legal pelo arquivamento dos arquivos eletrônicos pelas empresas; redução de custos para os contribuintes, reduzindo o número de obrigações acessórias; e interferir o mínimo possível no ambiente do contribuinte, realizando fiscalizações eletronicamente, consultando os dados sem esforço do contribuinte.

Os subprojetos do Sped em vigor são os seguintes: CT-e, ECD, ECF, EFD Contribuições, EFD ICMS IPI, EFD Reinf, e-financeira, e-Social, NFC-e, NF-e, NFS-e, conforme Figura 1:

Figura 1 Projeto Sped



Fonte: Desenvolvido pelo autor, inspirado em <https://blog.cefis.com.br/sped-fiscal/>

Gradualmente o projeto Sped pretende abarcar todas as empresas do país, pois tratasse de uma ferramenta criada pelo governo federal com objetivo de intimidar ações criminosas contra o fisco nacional (PETRI et al. 2013).

Conforme o sitio do Sped (2016), a ECD (Escrituração Contábil Digital) é parte do projeto SPED, tendo como objetivo substituir a escrituração em papel (livros) pela transmitida via arquivo digital. A ECD vem para substituir os seguintes livros: Livro Diário e seus auxiliares, Livro Razão e seus auxiliares e Livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.

Segundo o art. 3º da Instrução normativa RBF nº 1.420/2013, são quatro os tipos de pessoas jurídicas que estão obrigadas a entregar a ECD: as pessoas

jurídicas que estão sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no lucro real; as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido, que distribuem lucros, sem incidência de IRRF, parcela dos lucros e dividendos superior ao valor da base de cálculo do imposto, diminuída de todos os impostos e contribuições que estiver sujeita; as pessoas jurídicas imunes e isentas que, em relação aos fatos ocorridos no ano calendário e que tenham sido obrigadas a apresentação da EFD - Contribuições, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012; e as sociedades em Conta de Participação (SCP). Para as demais empresas é facultativa a entrega da ECD. A Escrituração Contábil Digital deverá ser entregue até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte ao ano-calendário a que se refira à escrituração.

Com esse sistema, ao invés de imprimir os livros diários, balanços e outros demonstrativos, o contribuinte gera um arquivo digital, que é assinado de forma digital pelo responsável e pelo contabilista. O arquivo deverá ser validado no software (PVA) disponibilizado pela Receita Federal do Brasil. Depois de validado e assinado o arquivo é enviado para o sistema do Sped e para a Junta Comercial. Desta forma as empresas irão reduzir seus custos e poderão reduzir espaços para armazenamento e custos com impressão (NASCIMENTO, 2013).

PETRI et al. (2013), complementa que depois que a escrituração for autenticada cada contribuinte deve adotar medidas para a guarda do livro digital, sendo ele composto por dois arquivos principais: o do livro digital e o de autenticação.

Outra escrituração também é a ECF (Escrituração Contábil Fiscal), que de acordo com o site do Sped (2016), veio para substituir a DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica), a partir do ano-calendário 2014. A data limite para a entrega da escrituração é prevista para o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere. A DIPJ foi extinta a partir do ano-calendário 2014.

Estão obrigadas ao preenchimento da ECF todas as pessoas jurídicas (tributadas pelo lucro real, lucro arbitrado ou lucro presumido), inclusive imunes e isentas, exceto as pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; os órgãos públicos, às autarquias e às fundações públicas; e as pessoas jurídicas inativas de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.536, de 22 de dezembro de 2014.

A ECF deverá ser assinada digitalmente. Se ocorrerem situações especiais, como extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação, a escrituração deverá ser entregue pelas pessoas jurídicas extintas, cindidas, fusionadas, incorporadas e incorporadoras, até o último dia do mês subsequente ao evento. Uma inovação promovida pela Escrituração Contábil Fiscal é para as empresas que estão obrigadas a ECD, poderão utilizar saldos e contas para preenchimento inicial da ECF, ou seja, poderão recuperar de dados tanto da ECD do ano corrente como da ECF do ano anterior. (RECEITA FEDERAL, 2016).

Além da ECD e da ECF, a EFD-Reinf (Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações da Contribuição Previdenciária Substituída) é um dos últimos módulos do Projeto SPED a entrar em vigor. Este Sped está sendo montado para complementar o e-Social (Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas). A versão beta da EFD-Reinf foi liberada e ela busca dois alvos principais: oportunizar que as grandes empresas se preparem para a adaptação dos seus sistemas a nova obrigação acessória e estimula a construção coleta que caracteriza o Sped. (Sped, 2016).

O objetivo geral da EFD-Reinf é englobar em uma só obrigação acessória todas as retenções do contribuinte que não tem relação com o trabalho, tal como as informações sobre receita bruta para apuração das contribuições previdenciárias substituídas. Esta nova escrituração irá substituir um dos módulos da EFD-Contribuições que apura a CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta). Ainda segundo o portal do Sped (2016), algumas das informações que serão prestadas por meio da EFD-Reinf são associadas aos serviços tomados/prestados mediante cessão de mão de obra; às retenções na fonte de IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP, incidentes sobre pagamentos feitos a pessoas físicas e jurídicas; e as empresas sujeitas a CPRB (cf. Lei 12.546/2011).

A EFD ICMS IPI, para Nascimento (2013), é um arquivo digital, que se constitui de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federativas e da Receita Federal do Brasil, bem como o registro da apuração de impostos. A Escrituração Fiscal Digital ICMS IPI substitui a impressão dos seguintes livros: Registro de Entradas (bloco C); Registro de Saídas (bloco C); Registro de Inventário (bloco H); Registro de Apuração do IPI (bloco E); Registro de Apuração do ICMS (bloco E); e CIAP (bloco G).

Além destes blocos, seguindo o Guia Prático da EFD ICMS IPI (2016), os outros são: Identificação do Contribuinte e tabelas de uso da empresa (bloco 0); Documentos Fiscais II (Serviços, bloco D); Controle da Produção e do Estoque (bloco K); Outras Informações (bloco 1); e encerramento (bloco 9).

Para PETRI et al. (2013), a forma de fazer o lançamento contábil não foi alterada, apenas a forma de declará-lo e arquivá-lo. O contador responsável deverá importar o arquivo que contém a escrituração para o PVA da EFD ICMS IPI e antes de transmissão deverá assinar digitalmente com um certificado digital. Por fim após a confirmação do recebimento, as informações são enviadas a todos os órgãos envolvidos.

A outra Escrituração Fiscal Digital é a EFD Contribuições, que de acordo com o sitio do Sped (2016), é um arquivo digital a ser enviado pelas pessoas jurídicas, referente às contribuições de PIS/Pasep e da Cofins, nos regimes de apuração não cumulativo e/ou cumulativo, baseado no agrupamento de documentos que representam as receitas auferidas, assim como custos, despesas, encargos e aquisições geradores de créditos da não cumulatividade. A partir da Lei nº 12.546/2011 foi incluído, na EFD-Contribuições também a Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta, incidente nos contribuintes de comércio, serviços e indústrias, observando os referentes CNAE, atividades, serviços e produtos (por NCM).

A EFD Contribuições deve ser escriturada de forma centralizada e transmitida em arquivo único mensalmente. Com exceção as SCP, cujos arquivos devem ser gerados de forma, específica e separada da PJ sócia ostensiva. Para as pessoas jurídicas que não se encaixam na exceção, os documentos e demais operações da escrituração devem ser relacionados por cada estabelecimento da empresa.

O arquivo digital precisará ser validado e assinado digitalmente e transmitido via internet, para o ambiente do Sped. Estão obrigadas à escrituração, segundo a Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 01 de março de 2012, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins: as pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Real; as pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Presumido ou Arbitrado, referente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2013; referentes

aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2014, as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º, 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 9.718/98 e na Lei nº 7.102/83.

Ainda conforme o sitio do Sped (2016), a retificação da EFD Contribuições poderá ser efetuada em cinco anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele que se refere à escrituração, sem que haja cobrança de multas. Tal retificação não será aceita pela Receita Federal do Brasil para os seguintes casos: reduzir débitos que já tenham sido enviados para a Procuradoria da Fazenda Nacional, objeto de auditoria ou fiscalização; alterar débitos aos quais, a pessoa jurídica tenha sido intimada; e para alterar créditos que tenham sido objeto de exame de fiscalização ou de PERDComp.

Um dos mais recentes subprojetos do Sped a entrar em vigor é a e-Financeira, que em conformidade com o portal do Sped (2016), é um arquivo digital composto por informações referentes a cadastro, abertura, fechamento e auxiliares, e pelo módulo de operações financeiras. A Instrução Normativa RFB nº 1571, de 02 de julho de 2015, instituiu a e-Financeira, obrigando o envio de informações referentes às operações financeiras de interesse da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). Este Sped deve ser transmitido por: pessoas jurídicas autorizadas a estruturar e comercializar planos de benefícios de previdência complementar; pessoas jurídicas autorizadas a instituir e administrar Fundos de Aposentadoria Programada Individual (Fapi); ou que tenham como atividade principal ou acessória a captação, intermediação e/ou aplicação de recursos financeiros próprios, ou de terceiros, incluídas operações de consórcio, em moeda nacional ou estrangeira, ou custódia de valor de propriedade de terceiros. Também devem transmitir as sociedades seguradoras autorizadas a estruturar e comercializar planos de seguros de pessoas.

No processo de evolução tecnológica contínua, foi instituído pela Instrução Normativa nº RFB 1.571, de 2 de julho de 2015, a e-Financeira. Este passou a ser o único canal de prestação de informações pelas instituições financeiras à Receita Federal do Brasil. A Instrução Normativa referida estabeleceu novos limites mínimos de operações a serem informadas. Pela antiga declaração (Dimof), deviam ser informadas movimentações superiores a R\$ 5 mil por semestre para pessoas físicas. A partir de instituição da e-Financeira esse limite passou a ser de R\$ 2 mil mensais, ou seja, a quantidade de informações será reduzida, para que sejam declaradas somente as de maior relevância. (RECEITA FEDERAL, 2016).

Já o e-Social, ainda não está em pleno funcionamento, tendo apenas algumas de suas funções ativas, segundo o portal do e-Social (2016), este é um projeto do Governo Federal que vai unir o envio das informações pelo empregador em relação aos seus empregados. Em outubro de 2015, foi disponibilizado o módulo para os empregadores domésticos, o que possibilitou o recolhimento unificado dos tributos e do FGTS para os empregados domésticos. A ferramenta foi liberada para possibilitar o cumprimento da Lei Complementar 150, de junho de 2015, que criou o Simples Doméstico, gerando as seguintes responsabilidades aos empregadores: recolhimento de IRRF (imposto de renda retido na fonte), 8% a 11% de contribuição previdenciária, estes dois sendo descontados do trabalhador. De responsabilidade do empregador: 8% de contribuição patronal previdenciária, 0,8% de seguro contra acidentes de trabalho, 8% de FGTS e 3,2% de indenização compensatória (multa do FGTS). O sistema possibilita o pagamento em guia única.

Este projeto é uma ação conjunta entre diversos órgãos e entidades do governo federal, sendo elas: Caixa Econômica Federal, Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, Ministério da Previdência – MPS, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e a Secretária da Receita Federal do Brasil – RFB. Da mesma forma que os outros projetos do Sped, o e-Social deverá ser transmitido com certificado digital, exceto as empresas optantes pelo Simples Nacional,

Entrando na parte de documentos fiscais, o CT-e (Conhecimento de Transporte eletrônico) é o modelo instituído pelo AJUSTE SINIEF 09/07, de 25/10/2007, que é utilizado para substituir os seguintes documentos fiscais: Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas, modelo 8; Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas, modelo 9; Conhecimento Aéreo, modelo 10; Conhecimento de Transporte Ferroviário de Cargas, modelo 11; Nota Fiscal de Serviço de Transporte Ferroviário de Cargas, modelo 27; e Nota Fiscal de Serviço de Transporte, modelo 7, quando utilizada em transporte de cargas. (RUSCHEL; FREZZA; UTZIG, 2011).

Este projeto é desenvolvido, de forma integrada, pelas Secretarias de Fazenda dos Estados e da Receita Federal do Brasil. O CT-e é um documento fiscal de existência digital, guardado e emitido eletronicamente, objetivando documentar uma prestação de serviço de transporte, cuja validade jurídica é garantida pela

assinatura digital e pela autorização de uso provida pela administração tributária do estado do contribuinte.

Outro modelo de documento fiscal eletrônico é a NFC-e (Nota Fiscal ao Consumidor Eletrônica). Que segundo o sitio do Sped (2016), é um documento fiscal de existência digital, emitido e armazenado eletronicamente, com a finalidade de documentar as operações comerciais de venda presencial ou para entrega a domicílio ao consumidor final (pessoa física ou jurídica). Sendo somente para operações internas e sem geração de credito de ICMS ao adquirente. A NFC-e não é obrigatória a todas as empresas, tendo uma adesão gradual.

Este modelo digital vem para substituir a nota fiscal de venda a consumidor, modelo 2 e o cupom fiscal emitido por ECF, consequentemente é utilizada na venda ao consumidor final. A NFC-e possibilita o aprimoramento do controle fiscal pelas Administrações Tributárias, bem como proporciona aos contribuintes uma redução de obrigações acessórias, visto que não é mais obrigatória a impressão da via do consumidor. Também oportuniza ao consumidor a conferência da validade do documento fiscal recebido, como também quer estabelecer um padrão nacional deste documento eletrônico, baseado nos padrões técnicos de sucesso da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) modelo 55.

2.3.1 NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e)

Em conformidade com o sitio da Nota Fiscal Eletrônica (2016), o projeto da NF-e foi desenvolvido em conjunto pelas Secretarias de Fazenda dos Estados e a Receita Federal do Brasil.

A integração e cooperação entre as administrações tributárias é um assunto bastante discutido, pois os governos gastavam grandes somas de recursos, para captar, tratar, armazenar e disponibilizar as informações sobre as notas fiscais emitidas dos contribuintes. Tendo isto em vista, justificou-se a criação de um projeto voltado para a integração de controle fiscal, surgindo assim a Nota Fiscal Eletrônica.

No Brasil, em 2009, estima-se que foram emitidas mais de 100 milhões de notas fiscais por mês. Com esse dado é possível medir o impacto positivo, agilidade e economia que se alcançará nos processos de negócios com a adoção da Nota Fiscal Eletrônica. (PETRI et al. 2013).

Segundo Bonfim et al. (2012), o objetivo do projeto da NF-e é implantar um modelo nacional que substitua o sistema manual de emissão de notas, com validade jurídica assegurada pela assinatura digital do prestador. A criação desse sistema caracteriza um grande avanço que facilita tanto as rotinas fiscais dos contribuintes quanto as atividades de fiscalização sobre operações e serviços prestados.

Conforme Petri et al. (2013), o projeto possibilitou entre outros benefícios: melhora no compartilhamento entre os fiscos; redução dos custos e da burocracia, facilitando o cumprimento das obrigações tributárias, bem como o pagamento de impostos e contribuições; e o enrobustecimento do controle e da fiscalização. Do ponto de vista compartilhado pelo fisco e pelos contribuintes, outros benefícios podem ser destacados: aumento na confiabilidade da Nota Fiscal; aperfeiçoamento no processo de controle fiscal; redução da sonegação e incrementação na arrecadação; maior velocidade no acesso às informações; eliminação do papel; possibilidade de cruzamento eletrônico de informações.

2.3.2 NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA (NFS-e)

O projeto da NFS-e (Nota Fiscal de Serviço Eletrônica), está sendo desenvolvida em conjunto pela Receita Federal do Brasil e a Abrasf (Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais), seguindo o protocolo de Cooperação ENAT nº 02, de 7 de dezembro de 2007. Da mesma forma que a Nota Fiscal Eletrônica de indústria e comércio a NFS-e é um documento de existência digital, gerado e armazenado eletronicamente pela RFB em Ambiente Nacional, pela prefeitura ou por outra entidade conveniada. Este projeto busca diminuir custos e gerar maior eficácia, em relação à emissão e guarda dos documentos (NASCIMENTO, 2013).

Em concordância com o sitio do Sped (2016), a NFS-e é gerada através de sistema informatizado, disponibilizado pela respectiva Prefeitura Municipal. Esta modalidade de nota, contem campos que são de responsabilidade do Fisco e outros do próprio contribuinte, depois de emitida a nota eletrônica de serviço não poderá ser alterada, somente cancelada ou substituída, sendo que o campo destinatário não poderá ser alterado para substituição. Conforme a Lei Complementar nº 116/2003, a NFS-e deve contar a identificação dos serviços, conforme os itens da Lista de Serviços.

Dentre outras possibilidades, é possível colocar mais que um serviço em uma mesma NFS-e, desde que sejam serviços de mesma alíquota e para o mesmo tomador. É obrigatório o preenchimento do CNPJ do tomador, quando este for pessoa jurídica, fica desobrigado ao preenchimento deste campo o prestador que na emissão da nota, tiver como tomador uma empresa estrangeira. A competência de uma NFS-e é o mesmo em que o serviço foi prestado, ou seja, o contribuinte pode emitir uma nota de serviço eletrônica com competência anterior a emissão do documento.

O valor do ISS é determinado conforme o Regime de Tributação, Natureza da Operação, a Opção pelo Simples Nacional e o ISS Retido, e será sempre calculado, excluindo as seguintes ocorrências: se o contribuinte for optante pelo Simples Nacional e não tiver ISS retido na fonte; se a natureza da operação for imune ou isenta, para este caso o ISS é calculado com alíquota zero; a natureza da operação for tributação no Município; exigibilidade suspensa por decisão judicial ou por procedimento administrativo; e estimativa ou sociedade de profissionais.

2.3.3 IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇO E CNAE

A lei complementar nº 116/2003, diz em seu artigo primeiro que o imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) é de competência dos Municípios e do Distrito Federal e tem como fato gerador a prestação de serviços constantes na lista que se segue a lei. Ainda que tais serviços não sejam a atividade principal do prestador.

Segundo Carneiro (2015), a finalidade do imposto é fiscal isto quer dizer que a sua função é predominantemente arrecadatária, ou seja, deve arrecadar recursos para o Município ou para o Distrito Federal. No que se refere ao lançamento do tributo, podemos falar que este se dá por homologação, conforme o artigo 150 do Código Tributário Nacional (CTN). Além disto, o Fisco pode utilizar-se do lançamento de ofício, de acordo com os incisos II e seguintes do artigo 149 do CTN.

Ainda de acordo com Carneiro (2015), o ente federativo municipal no uso de suas atribuições constitucionais, possui competência para instituir o imposto. A caracterização da prestação de serviços para efeito de ISSQN exige a análise de alguns requisitos, como o caráter econômico e a habitualidade, vale ressaltar também que é preciso consultar a lista de serviços que são tributados pelo ISSQN,

que estão elencados na lista anexa à Lei Complementar 116/2003.

Em suma, os serviços que não contam na lista, serão excluídos da tributação do ISSQN, assim sendo alguns são: serviços tributados pelo ICMS (comunicação e transporte intermunicipal e interestadual); serviços em que há relação de trabalho; serviços embutidos nas operações de crédito; serviço de industrialização, entre outros serviços.

Conforme o Portal da Receita Federal (2017), CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) é a ferramenta de normatização nacional dos códigos de atividade econômica e dos critérios de enquadramento utilizados pelos diversos órgãos da Administração Tributária do país.

CNAE é um detalhamento, aplicada a todos os agentes econômicos que estão engajados na produção de bens e serviços, que compreende todos os estabelecimentos, sendo eles empresas privadas ou públicas, agrícolas, organismos públicos e privados, instituições sem fins lucrativos e agentes autônomos.

Esta classificação é resultado de um trabalho conjunto das três esferas de governo, que foi elaborada ante a coordenação da Secretaria da Receita Federal e orientação técnica do IBGE. Além dos órgãos citados, participaram representantes da União, dos Estados e dos Municípios, na Subcomissão Técnica da CNAE. A tabela de códigos e denominações da CNAE foi oficializada através da publicação no DOU - Resoluções IBGE/CONCLA nº 01 de 04 de setembro de 2006 e nº 02, de 15 de dezembro de 2006.

Na Secretaria da Receita Federal, a CNAE é um código a ser informado na Ficha Cadastral de Pessoa Jurídica (FCPJ) que alimentará o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/CNPJ.

3 METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Quanto aos procedimentos técnicos, será realizado um levantamento, por meio de pesquisa e coleta dos dados sobre o desenvolvimento do projeto Sped e também da aplicação da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica na Prefeitura Municipal de Feliz. Procurando evidenciar os resultados da implantação do sistema e seus reflexos tanto do ponto de vista do fisco municipal, quanto dos empresários, especificamente do ramo de oficinas mecânicas.

Para Appolinário (2011), as pesquisas de levantamento são do tipo mais simples e constitui-se, sobretudo na coleta de dados seguida da descrição dos mesmos. Essa descrição se dá por meio de técnicas da estatística descritiva. Para assuntos que ainda não são bem conhecidos, a pesquisa descritiva de levantamento é muito útil. E Gil (2010) conceitua como uma interrogação direta das pessoas cujo comportamento deseja-se conhecer. Solicitam-se informações a um grupo específico de pessoas, que tem relação com o problema estudado, posteriormente é feita análise quantitativa para obterem-se as conclusões a cerca dos dados coletados. Se forem auferidos dados sobre todos os integrantes do universo pesquisado, gera-se um censo.

Quanto à forma de abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa quantitativa. Segundo Perovano (2016), a pesquisa quantitativa presume que o pesquisador colete os dados para realização de testes de hipóteses. Conseqüentemente devem-se medir as variáveis para posteriormente serem transformadas em números. Para Appolinário (2011), esta modalidade de pesquisa é onde as variáveis são mensuradas e expressas numericamente e seus resultados são verificados com uso de métodos, em sua maioria, também quantitativos. Para Lakatos e Marconi (2011) esse tipo de pesquisa se caracteriza pela quantificação tanto na coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais comuns como média, desvio padrão e percentual como nas mais difíceis como coeficiente de correlação e análise de regressão.

Já em relação aos objetivos, esta é uma pesquisa descritiva. Appolinário (2011) afirma que a pesquisa descritiva é a qual o pesquisador restringe-se a descrever o objeto estudado, sem inferir relações de causalidade entre as variáveis.

Para Mascarenhas (2012) o questionário e a observação são os principais instrumentos da pesquisa descritiva, que objetiva descrever os atributos de uma população ou fenômeno, além de identificar relações entre as variáveis. Da mesma forma, Perovano (2016) reitera que o foco dos estudos descritivos é especificar as propriedades, as características e os perfis de pessoas, populações e ocorrências sociais ou físicas.

Diante das colocações dos autores, entende-se que as metodologias escolhidas são as mais adequadas para o tipo de estudo proposto.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Os procedimentos para coleta e análise dos dados foram iniciados com o levantamento dos dados referentes à arrecadação, junto a Prefeitura Municipal de Feliz, conforme orientação do fiscal selecionando dados pelo CNAE.

Logo após foi elaborado e distribuído um questionário para os empresários do setor de oficinas mecânicas, a fim de verificar os impactos que a NFS-e teve no dia-a-dia. Também foi aplicado questionário específico aos fiscais municipais e Secretário da Fazenda Municipal.

Com os questionários respondidos em mãos, as respostas foram tabuladas utilizando o Excel.

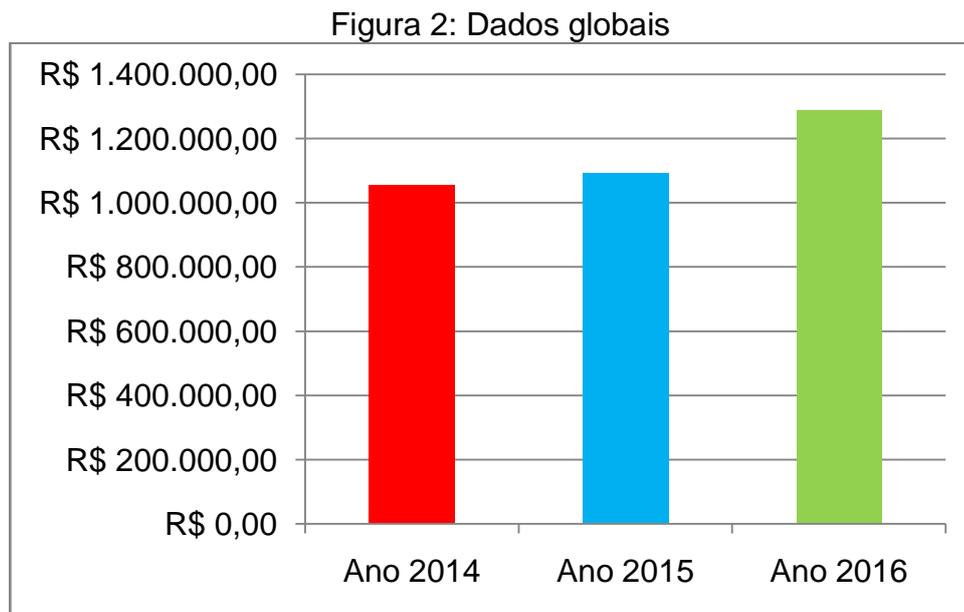
Por fim foi feita uma análise dos dados levantados, verificando os reflexos da implantação que a nota fiscal de serviço eletrônica teve tanto do ponto de vista dos empresários do setor de oficinas mecânica, quanto do secretário e fiscais municipais.

4 ESTUDO

4.1 ANÁLISE DOS REFLEXOS NA ARRECADAÇÃO

A nota fiscal de serviço eletrônico foi implantada pela Prefeitura Municipal de Feliz no ano de 2010. Para dar início ao estudo, foram reunidos dados sobre a arrecadação municipal em valores globais. Os dados foram retirados do Portal da Transparência (2017), onde é possível consultar informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira de cada um dos municípios brasileiros.

Levando em consideração os últimos três períodos (2014, 2015 e 2016), em valores totais a arrecadação no Município de Feliz aumentou, sendo o maior percentual de aumento no ano de 2016, aproximadamente 14% em relação ao período anterior, conforme demonstra a figura dois.



Fonte: Desenvolvido pelo autor

Entrando agora na categoria escolhida para análise, oficinas mecânicas, foram utilizados como filtro, os CNAE. Estes dados foram consultados diretamente no servidor do município, chegando a este estudo por meio dos fiscais municipais. Os CNAES abrangidos foram: 45.20-0/01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores, 45.20-0/02 - Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores e 45.43-9/00 - Manutenção e reparação

de motocicletas e motonetas.

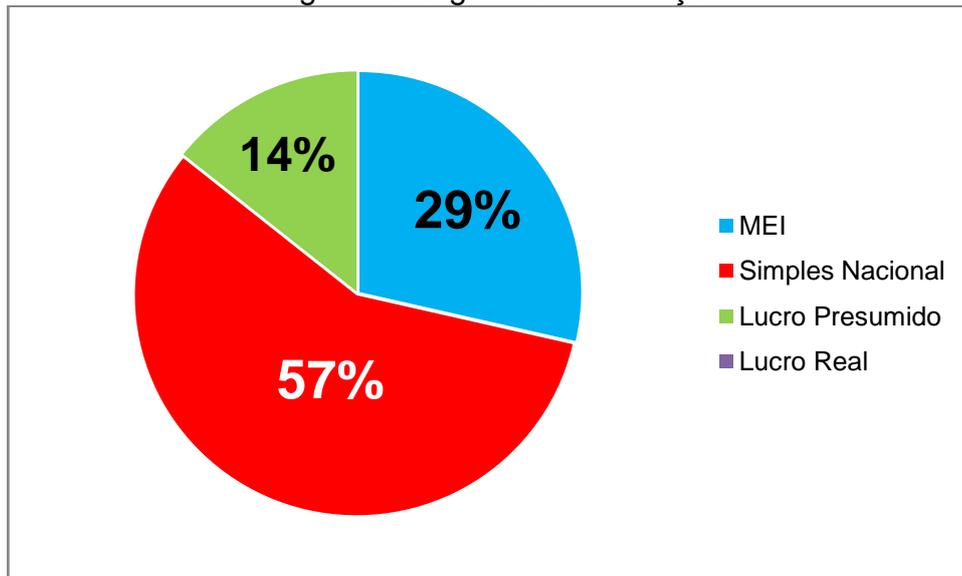
Com os dados dos últimos três anos em mãos (2014, 2015 e 2016) foi possível, analisar o crescimento da arrecadação no setor. No ano de 2014 as empresas que tem em suas atividades os CNAES selecionados, tiveram um faturamento de R\$ 123.587,71. Para o ano de 2015 a variação foi praticamente nula, tendo como valor total R\$ 124.404,48, já no ano de 2016 houve um crescimento maior, saltando para R\$ 137.321,06. Segundo o Secretário da Fazenda, os valores não são tão representativos em termos de crescimento de um ano para o outro, mas ressaltou que a nota de serviço eletrônico fez com que os empresários passassem a sonegar menos nas vendas também. Este é um dos reflexos indiretos da implantação na arrecadação municipal, aumento o ICMS do município, que não é objeto do estudo, mas demonstra a importância que o sistema teve e tem.

4.2 ANÁLISE DE QUESTIONÁRIO PARA EMPRESAS

Foi desenvolvido com as empresas do setor de serviços, especificamente do serviço de oficinas mecânicas um questionário com quatorze (14) questões, para saber quais foram os reflexos tanto financeiros como processuais a partir da implantação do sistema eletrônico de emissão. Foram entregues quatorze questionários, englobando todas as empresas do setor selecionado, assim a amostra selecionada foi toda abrangida.

Inicialmente foi perguntado para as empresas, qual o regime tributário em que cada uma tributa. Das quatorze empresas, quatro são MEI (Micro Empreendedor Individual), oito são do Simples Nacional e somente duas tributam pelo Lucro Presumido, com isso destacou-se que no Município de Feliz aproximadamente 86% (figura três) das empresas do setor são pequenas e não tem faturamento superior à R\$ 3.600.000,00 anuais. Para conhecer um pouco mais as empresas também foi perguntado o número de funcionários que cada um tem atualmente em seu quadro de colaboradores. Todos os empresários destacaram que nos últimos anos o quadro de colaboradores diminuiu ou se manteve, pois a crise na opinião deles também afetou o setor, assim sendo somente três das empresas tem mais de dez funcionários, sendo elas ambas que tributam pelo lucro presumido e uma pelo simples nacional. Concluindo quase 60% das empresas tem menos de cinco funcionários.

Figura 3: Regime de Tributação

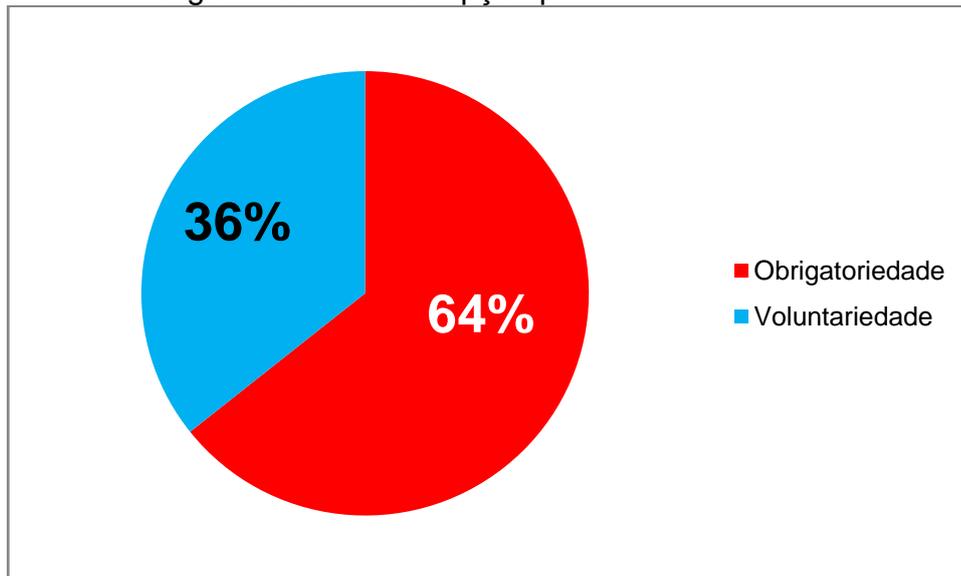


Fonte: Desenvolvido pelo autor

Por se tratarem de empresas pequenas em sua maioria, são os próprios proprietários que em 64% dos casos são os responsáveis pela emissão das notas fiscais, conforme questão três, além disto, foi destacado que a função de emissão de notas é muito importante, por isto os próprios empresários assumem tal função.

Todas as empresas que englobaram a amostra utilizam o sistema de emissão eletrônico de notas (questão quatro). Quando da implantação do novo sistema, a Prefeitura de Feliz criou um calendário para obrigatoriedade de adesão, sendo assim foi perguntado para os empresários, se a empresa aderiu à nova forma de emissão de forma voluntária (antes do período exigido) ou se deixou de emitir de forma manual quando da obrigatoriedade. Constatou-se com a questão número cinco que somente 35% das empresas entraram de forma voluntária, todas as outras aguardaram o prazo final, para optar pelo meio eletrônico de emissão, conforme demonstra a figura quatro.

Figura 4: Forma de opção pelo meio eletrônico.



Fonte: Desenvolvido pelo autor

Seguindo a análise, quis saber-se sobre internet e os equipamentos de informática (computadores, notebooks, impressoras). 86% das empresas já possuíam equipamentos e internet antes de iniciarem a emissão de notas eletrônicas, isso se refletiu diretamente no investimento que tiveram de fazer (questão sete), sendo que apenas 14% tiveram de realizar um investimento superior à R\$ 4.001,00. Assim sendo outros 35% gastaram entre R\$ 2.001 e R\$ 4.000, para atualizar seus equipamentos que já estavam obsoletos ou insuficientes para a nova demanda.

Em 78% das empresas já havia alguém com conhecimento em informática, fazendo com que a mecanização do preenchimento das notas fosse mais fácil (questão oito). A seguir foi apresentada uma tabela com sete possíveis dificuldades que possam ter afetado a empresa (questão nove), quanto ao início da emissão das notas. Foi solicitado que a empresa marcasse cada um deles de um a cinco, sendo cinco para maior dificuldade e um para menor dificuldade, conforme quadro 1.

Quadro 1: Principais dificuldades

DIFICULDADES	1	2	3	4	5
Cadastramento de serviços	9		3		2
Investimentos em equipamentos de informática	1	1	6		6
Adaptação ao sistema			1	4	9
Falhas no sistema	8			3	3
Dificuldade de comunicação entre sistema próprio e sistema Municipal (web service)					4
Preenchimento da NFS-e		1		4	9
Falta de informação sobre o sistema				10	4

Fonte: Desenvolvido pelo autor

Sobre o cadastramento dos serviços 64% das empresas não acharam difícil, pois conforme relatos a própria Prefeitura só deixou habilitado para cada um o serviço correspondente ao seu cadastro no CNPJ, assim não foram necessárias grandes adaptações. Quanto ao investimento em equipamento, conforme foi constatado na questão sete a maioria das empresas teve um gasto médio de valores de R\$ 2.001,00 à R\$ 4.000,00. Para quase metade das empresas cerca de 43% esta foi um dificuldade maior, pois teve de investir em equipamentos não previstos anteriormente, outros 43% selecionaram a opção três, a qual entendesse que essa foi uma dificuldade mediana. Na opinião de 57% das empresas, o sistema não apresentou grandes falhas, porem para os outros 43% essa dificuldade ficou entre os níveis quatro e cinco, analisando mais a fundo verificou-se que essas falhas ocorrem para as duas empresas tributadas pelo Lucro Presumido e para algumas do Simples Nacional.

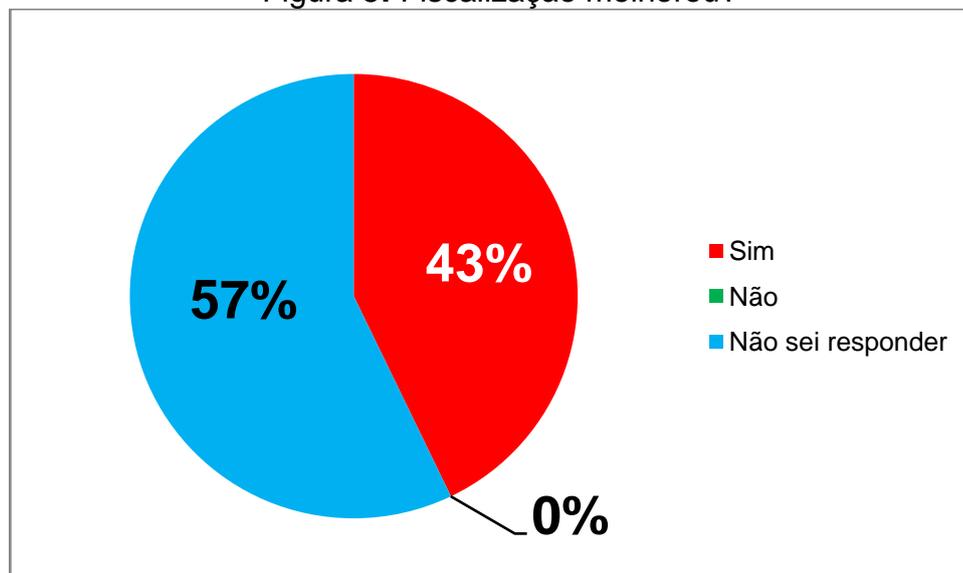
A adaptação ao sistema foi marcada como dificuldade quatro ou cinco por 93% das empresas, justificada principalmente porque a maioria das empresas tem já muitos anos de mercado e sempre fizeram as notas manualmente, com o uso dos talões, então essa transformação inicialmente foi complicada. Sobre a comunicação entre sistemas (web service), somente quatro das quatorze empresas utilizam, pois tratasse da comunicação entre o sistema próprio e o da prefeitura, para transmissão dos arquivos eletrônicos gerados diariamente. Todas as quatro enfrentaram muitos problemas com essa mudança, pois o sistema municipal não aceitava os arquivos e durante vários meses as guias de ISSQN tiveram de ser geradas manualmente para os fiscais. Já para as duas empresas do Simples Nacional que pagam o imposto sobre serviços na DAS, tiveram de deixar de enviar os documentos para o domínio

do sistema eletrônico e depois fazer a declaração retificadora.

O preenchimento da NFS-e inicialmente gerou dificuldades de nível quatro e cinco para 93% das empresas, principalmente pela falta de informações e também pela “tela confusa” conforme alguns relatos. A falta de informação que foi objeto da ultima linha do quadro. Enfim, inicialmente as empresas tiveram diversas dificuldades, algumas assimiladas de forma mais rápida e outras que precisaram de mais tempo para diminuir.

Com a seguinte questão (dez), quis saber-se dos empresários se eles acreditavam que o sistema de emissão de notas eletrônico, melhorou a fiscalização por parte da Prefeitura, 43% das empresas respondeu que sim, as outras empresas não souberam responder, conforme figura cinco. Para responder a questão onze, era necessário ter respondido sim na anterior, por este motivo somente seis empresas responderam. Quis saber-se dando três alternativas, qual eles acreditavam ser o meio com que a Prefeitura conseguiu melhorar a fiscalização. A maioria das empresas, 66%, respondeu que a fiscalização melhorou, pois as notas passaram a ter maior confiabilidade. Os outros 34% responderam que melhorou, pois houve diminuição da sonegação e aumento da arrecadação.

Figura 5: Fiscalização melhorou?



Fonte: Desenvolvido pelo autor

A seguir foi apresentada a segunda tabela (questão doze) com nove benefícios que possam ter afetado a empresa durante o processo de implantação no

sistema eletrônico de emissão das notas. Foi solicitado que a empresa marcasse cada um deles de um a cinco, sendo cinco para maior benefício e um para menor benefício, conforme quadro 2.

Quadro 2: Principais benefícios

BENEFÍCIOS	1	2	3	4	5
Redução de custos e consumo de papel			8	2	4
Aumento na confiabilidade da Nota Fiscal				7	7
Rapidez no acesso às informações			6	3	5
Planejamento de logística de entrega pela recepção antecipada da informação da NFS-e			5	3	6
Eliminação dos arquivos (morto)		5		4	5
Redução de erros na emissão	1		2	6	5
Cadastro de clientes				1	13
Velocidade de emissão da Nota Fiscal		2			12
Padronização de relacionamentos eletrônicos entre empresas					8

Fonte: Desenvolvido pelo autor

O primeiro dos benefícios a ser analisado foi quanto à redução de custos (como por exemplo, emissão de talões) e consumo de papel, 57% das empresas consideraram que houve redução de custos, podem esse sendo um benefício mediano. Outros 29% acreditam que esse foi um dos grandes benefícios do novo sistema, principalmente pelo fato de não terem mais gastos com gráficas. A confiabilidade é para 100% das empresas um dos pontos mais marcantes deste novo sistema. Alguns empresários mencionaram que por muitas vezes com os talões, algumas notas eram extraviadas ou simplesmente não eram entregues aos destinatários no tempo correto e quando se buscava uma segunda via por vezes a mesma não era encontrada.

O seguinte item analisado foi quanto à rapidez no acesso às informações, por se tratar de algo novo houve um pouco de variação nesse quesito, sendo para alguns empresários, mais fácil e para outros nem tanto. Para 43% esse foi um benefício de nível médio e para outros 36% esse foi um dos melhores benefícios, pois resolveu o problema das notas que não eram encontradas e por assim dizer algumas vezes ficaram sem as informações.

Para 43% das empresas o planejamento com a recepção antecipada das

informações da NFS-e é um benefício de nível cinco, pois assim já conseguem programar pagamentos e também ter o controle efetivo dos serviços tomados que já foram concluídos. O sistema envia por email, em PDF e XML, a nota fiscal para a empresa tomadora do serviço logo após que a transmissão dela é concluída, obviamente desde que haja email cadastrado previamente.

A eliminação do arquivo morto foi mais um ponto onde as respostas tiveram diferenças. Enquanto 36% das empresas acreditam que esse foi um ótimo benefício, outros 36% acreditam que esse foi um benefício não tão relevante, pois continuam a imprimir e guardar cada uma das notas emitidas. Foi possível verificar que nas empresas maiores, tanto das do lucro presumido como algumas do simples nacional, já não imprimem mais as notas, arquivam somente de forma digital, algumas organizando em pastas digitais por mês e algumas mais organizadas, com uma pasta digital para cada cliente.

No quesito redução de erros na emissão, somente 7% das empresas não consideraram esse um benefício ou um benefício de pouquíssima relevância, a explicação foi que por se tratar de algo novo causou diversos erros e perda de tempo no preenchimento. Já para 79% das empresas esse foi um grande benefício, pois não há mais espaço para erros no cadastro dos clientes ou na alíquota do ISSQN, já que o cadastro vem da base de dados do Município da mesma forma que a alíquota do ISSQN.

Cadastro de clientes foi para 93% das empresas questionadas, um dos melhores pontos deste novo sistema, pois conforme comentado anteriormente o cadastro dos clientes vêm da base de dados da Prefeitura. Quando trata-se de uma empresa de fora do município é necessário fazer somente uma vez o cadastro, para a segunda emissão o sistema já guarda os dados em sua base.

A velocidade de emissão só não foi um ótimo benefício para 14% das empresas, que por não estarem familiarizada com informática demoraram mais tempo para emitir pelo sistema eletrônico do que quando as notas eram emitidas de forma manual. Todo o restante da amostra, 86% considerou esse um ótimo benefício, pois agilizou a emissão e fez com que o tempo na parte fiscal fosse otimizado.

Por fim no ultimo quesito, somente 57% das empresas marcaram alguma alternativa, pois se tratava sobre a padronização de relacionamentos eletrônicos entre empresas, ou seja, as formas de envio e emissão sendo iguais para todos.

Todas as empresas que responderam marcaram este como um benefício cinco, enaltecendo que a partir da padronização não há mais espaço para erros de leitura ou falta de informações, tanto de dados como a respeito dos impostos.

Para encerrar o questionário foram utilizadas perguntas de âmbito um pouco mais técnico, comentando sobre a DEISS que é a declaração que os contadores responsáveis pelas empresas devem enviar todos os meses para a Prefeitura, até o dia dez. Também foi informado na questão que os contadores informam a Receita Bruta mensal, para que a alíquota do ISSQN retido ou não, seja calculada automaticamente. Os empresários responderam se acham que esse procedimento eliminou os erros de escrituração quanto à alíquota de ISSQN e como resposta 78% afirmaram que não tiveram mais erros ou notificações quanto à incorreta seleção de alíquota de ISSQN. Fazendo o fechamento quis saber-se se os empresários sabem como é determinada a alíquota do ISSQN referente ao serviço de manutenção de veículos, 85% responderam que não sabem.

4.3 ANÁLISE DE QUESTIONÁRIO DOS FISCAIS

Para os fiscais do município foi elaborado um questionário para descobrir qual o ponto de vista do fisco em relação às mudanças ocorridas a partir da implantação do sistema eletrônico. Antes de fazer o protocolo dos questionários na Prefeitura Municipal de Feliz, fui informado que o município possui quatro fiscais, sendo dois atuantes e dois não atuantes. Para tanto a primeira questão foi utilizada para identificação dos mesmos. Foram respondidos três questionários, sendo dois por fiscais atuantes e um pelo secretário da fazenda.

A título de informação sobre cada um dos respondentes, perguntou-se há quanto tempo exerce tal função (fiscal ou secretário), 100% responderam que trabalham nesta função a mais de três anos. Logo após foi questionado sobre os erros de escrituração das notas, se eles acreditavam ou tinham dados que os erros diminuíram a partir da implantação do sistema eletrônico ou não. Um dos fiscais respondeu que diminuíram porém ocorrem muitos erros ainda, visto que ele responde aos emails que os escritórios e empresas encaminham para a fiscalização sobre erros vistos somente após o prazo de substituição ou cancelamento. Os outros dois respondentes disseram que sim, os erros diminuíram.

Em seguida foi perguntado segundo a visão de cada um deles, como foi

aceitação dos empresários quando da implantação do sistema de notas de serviço eletrônicas, todos responderam que a aceitação foi boa, tendo em vista os feedbacks que tiveram nas pesquisas realizadas junto aos escritórios de contabilidade e empresas. Seguindo nesta linha de pensamento, quis saber-se se eles acreditam que os empresários de uma forma geral, conseguem entender todos os benefícios que a Nota Fiscal de Serviço Eletrônica trouxe. Neste ponto todos concordaram que não, pois principalmente quando as empresas foram obrigadas a migrar para o meio eletrônico muitas reclamações chegaram até a Prefeitura, tanto por meio de ligações como via email. Eles citam que mesmo convidando os empresários e escritórios para palestras e reuniões a respeito do sistema em si e da implantação, muitos foram e ainda são resistentes a mudança, sempre que há alguma problema deixam claro a insatisfação que tem pela mudança e comentam sobre como antes tudo era mais simples.

Posteriormente na questão seis, foi perguntado se os empresários, em sua maioria, haviam aderido ao sistema de forma voluntária ou somente quando pelo calendário de obrigatoriedade. Os três entrevistados foram categóricos em responder, que pouquíssimas empresas aderiram de forma voluntária, algo em torno de 5%, ficando massiva parcela de empresas somente aderindo ao sistema quando da obrigatoriedade.

Aos respondentes foi apresentado um quadro com uma serie de benefícios (questão sete). Cada um deles teve de enumerar de um a nove, sendo um o maior benefício, conforme mostra o quadro três.

Quadro 3: Principais benefícios, visão dos fiscais.

BENEFÍCIOS	S	F1	F2
Redução de custos e consumo de papel	3	9	2
Aumento na confiabilidade da Nota Fiscal	2	4	1
Rapidez no acesso às informações	1	3	3
Planejamento de logística de entrega pela recepção antecipada da informação da NFS-e	7	5	5
Eliminação dos arquivos (morto)	6	8	4
Redução de erros na emissão	9	6	8
Cadastro de clientes	4	2	6
Velocidade de emissão da Nota Fiscal	5	1	7
Padronização de relacionamentos eletrônicos entre empresas	8	7	9

Fonte: Desenvolvido pelo autor.

A primeira coluna faz referencia a resposta do secretário da fazenda e as duas seguintes colunas aos dois fiscais atuantes. Nomeei os fiscais como fiscal um e fiscal dois para facilitar a menção dos mesmos durante a análise. O primeiro benefício mencionado foi à redução de custos e consumo de papel, para o fiscal um esse foi um benefício pouco útil, tendo em vista que a maioria das empresas ainda continua imprimindo e arquivando vias em papel. Já para o secretário e o fiscal dois, esse foi um benefício importante, colocando na ordem como três e dois respectivamente.

O aumento na confiabilidade da nota fiscal foi o benefício seguinte. Para o fiscal dois esse foi o maior benefício que as empresas tiveram, pois tanto os tomadores como os prestadores podem vir a conferir no próprio sistema à autenticidade ou não da nota fiscal, evitando assim notas fantasmas ou canceladas depois de emitidas. Os outros dois respondentes, também classificaram esse com um dos principais benefícios, conforme demonstra o quadro três.

No item seguinte foi à vez do secretário classificar um dos benefícios como melhor. Esse sendo a rapidez no acesso às informações, pois no ato da emissão o tomador do serviço já recebe via email a nota fiscal, não necessitando aguardar até que a nota impressa seja entregue para contabilizar ou efetuar o pagamento. Ambos os fiscais classificaram como o terceiro melhor benefício, reforçando ainda mais a melhoria que o sistema trouxe neste quesito. Planejamento de logística de entrega pela recepção antecipada da informação, que foi o ponto analisado a seguir, para os fiscais foi classificado em quinto lugar. Ao classificarem desta forma, ambos destacaram que esse é um benefício complementar ao analisado anteriormente (rapidez no acesso as informações), porem muito empresários ainda não se utilizam deste benefício para agilizar seus processos.

O objeto analisado como benefício seguinte foi à eliminação dos arquivos (morto), esse teve variação na interpretação dos respondentes. O fiscal um colocou esse como um benefício de menor importância (oito), pois entende que as empresas ainda imprimem a maioria das notas e assim arquivam o montante de notas impressas. Para o fiscal dois, algumas empresas passaram a ter os arquivos somente de forma digital, mantendo as notas em arquivos PDF e sob o ponto de vista do secretário que classificou como seis, essa ainda é uma barreira

principalmente para as empresas menores, onde os proprietários preferem manter seus controles pelos meios tradicionais.

Para o secretário bem como para os fiscais, a redução nos erros de emissão não é um grande vantagem, pois antes do sistema eletrônico de emissão, as empresas utilizam talões e os fiscais a não ser em fiscalizações por denúncias não conseguiam verificar se as notas eram preenchidas de forma correta. Só passaram a fazer esse acompanhamento a partir da implantação da NFS-e, quando podem a qualquer tempo verificar as emissões e por filtros verificar se as notas estão com alíquotas corretas gerando os impostos de direito. Observaram ainda que esse pode ter sido um ótimo benefício na visão dos empresários, pois o sistema por si só, gera as alíquotas de retenções e os dados de tomadores já cadastrados.

Os dois pontos seguintes, na visão do fiscal um, foram os dois maiores benefícios sendo eles velocidade na emissão das notas fiscais e, por conseguinte o cadastro dos clientes. Isso porque eles se completam, com um pouco de prática a emissão se torna muito simples, somente precisando digitar o CNPJ do tomador que se já esta na base dados, completa o preenchimento automaticamente e por fim a descrição do serviço e o valor. Há casos um pouco mais complexos, que envolvem retenções de PIS, COFINS, INSS, IRRF, porém para o setor de oficinas mecânicas que é o principal objeto do estudo, a emissão é muito rápida. O secretário considerou estes benefícios medianos e o fiscal dois benefícios secundários, destacando a importância deles, mas deixando claro que outros itens citados no quadro são de maior relevância.

Encerrando a análise do quadro três, colou-se como benefício à padronização de relacionamentos eletrônicos entre as empresas. Esse foi por todos identificado como um benefício de menor importância, segundo todos os três, ainda é um dos benefícios que os empresários não conseguem enxergar ou desenvolvem de uma forma muito limitada.

Depois na questão oito, deixou-se um espaço para que os respondentes pudessem descrever algum outro benefício que não havia sido mencionado no quadro da pergunta anterior. Os três mencionaram como outro benefício que o sistema eletrônico de emissão trouxe, foi o aumento da arrecadação, eles puderam verificar que a partir do advento da NFS-e os empresários passaram a entender que a fiscalização seria mais incisiva, com isto passaram a sonegar menos. O Secretário acrescentou ainda, que a troca dos talões pelos computadores incentivou a

modernização de outras ferramentas de gestão e controle. Muitas das oficinas não possuíam um controle de estoque de seus materiais e peças e viram a oportunidade de melhorarem seu empreendimento desta forma também. Encerrando suas considerações a respeito do assunto, outro benefício citado por ele foi à maior justiça tributária. Complementando a questão dos benefícios (questão nove), foi questionado se eles acreditavam que a fiscalização por parte deles havia melhorado. Todos responderam que sim, argumentaram que as informações chegam até eles de forma muito mais rápida e detalhada, além de que simplificou a verificação das empresas e de seus dados. Outro ponto também é que quando é necessário fazer consultas o sistema tem filtros tanto por empresas, áreas, CNAES, atividades e mais alguns outros. Assim como a comunicação de dívidas, o sistema mesmo encaminha email tanto para os empresários, como para seus contadores.

Logo após, foi perguntado se a sonegação fiscal diminuiu e novamente os três foram contundentes em suas respostas, falando que sim. Mencionaram que os empresários ficaram mais temerosos, principalmente quanto à fiscalização, então passaram a emitir de forma correta os documentos fiscais. Outro fator importante para a diminuição da sonegação, foi à campanha implementada no Município onde os populares podem trocar as notas de compras ou serviços adquiridos na Feliz, por cupons para concorrer a prêmios, isso fez com os próprios munícipes passassem a exigir o documento fiscal no ato da prestação de serviço.

Aos respondentes foi apresentado o segundo quadro do questionário, com uma série de dificuldades que as empresas possam ter tido (questão onze). Cada um deles teve de enumerar de um a sete, sendo um a maior dificuldade, conforme mostra o quadro quatro.

Quadro 4: Principais dificuldades, visão dos fiscais.

DIFICULDADES	S	F1	F2
Cadastramento de serviços	6	6	7
Investimentos em equipamentos de informática	7	7	6
Adaptação ao sistema	2	3	1
Falhas no sistema	4	1	2
Dificuldade de comunicação entre sistema próprio e sistema Municipal (web service)	1	5	5
Preenchimento da NFS-e	3	4	4
Falta de informação sobre o sistema	5	2	3

Fonte: Desenvolvido pelo autor

A primeira coluna faz referencia a resposta do secretário da fazenda e as duas seguintes colunas aos dois fiscais atuantes. Da mesma forma que no quadro três, nomeei os fiscais como fiscal um e fiscal dois para facilitar a menção dos mesmos durante a análise. As duas primeiras dificuldades colocadas foram referentes ao cadastramento de serviços e o investimento em equipamentos de informática. Na visão tanto dos fiscais como do secretário essas foram as menores dificuldades que os empresários tiveram. Justificando que os serviços foram cadastrados previamente no sistema, fazendo com que os empresários tivessem que somente selecionar a opção desejada. Quanto ao investimento, na visão deles todas as empresas já possuíam algum computador disponível, então não necessitaram fazer grandes investimentos, visto que a nota pode ser feita de qualquer dispositivo que tenha acesso à internet, inclusive tablets e smartphones.

Adaptação ao sistema na visão do fiscal dois foi a maior dificuldade encontrada pelas empresas. Também foi uma das maiores dificuldades segundo o fiscal um e o secretário, eles destacaram que para as empresas que há muito tempo utilizavam talões e não utilizavam nenhum outro sistema a adaptação foi difícil, principalmente porque cada vez que precisavam emitir uma nota precisavam ir até um computador com internet. O item analisado a seguir foi quanto as falhas no sistema, para o fiscal um esta foi a maior dificuldade que os empresários tiveram que enfrentar, segundo seu testemunho no inicio o sistema apresentou muita instabilidade e por vezes apresentava erros que não eram solucionadas imediatamente, causando transtornos para os prestadores de serviço. O secretário que assumiu, após a implantação da versão dois do sistema não colocou essa como uma grande dificuldade, pois para ele o novo sistema trouxe mais segurança tanto para emissão quanto para consulta dos documentos fiscais.

Não são muitas as empresas que utilizam a ferramenta de web service, que é a comunicação entre sistema próprio e o sistema da Prefeitura, principalmente no setor de oficinas mecânicas. O secretário destacou tendo uma visão geral do sistema, que as empresas que se utilizam às vezes ainda hoje encontram dificuldades na transmissão dos arquivos, principalmente as do setor de farmácias de manipulação. Os fiscais comentaram que na hora de responder, levaram em consideração o setor avaliado (oficinas mecânicas) e por isso colocaram como uma dificuldade pouco relevante.

O preenchimento da NFS-e que foi o item seguinte do quadro, foi colocado

por todos como uma dificuldade mediana, sendo destacado que no início houveram maiores problemas, mas com um pouco de prática essa dificuldade passou a não existir ou causar problemas somente para alguns poucos empresários, que são pouco familiarizados com o uso de computadores. E por fim a falta de informação sobre o sistema e seu funcionamento foi objeto de destaque na visão dos fiscais. Eles admitiram que a empresa contratada, não disponibiliza um manual mais detalhado com passos a seguir para ajudar os empresários iniciantes, então muitas vezes os empresários que estavam migrando para o meio eletrônico, buscaram ajuda na própria Prefeitura ou nos escritórios de contabilidade. Já o secretário colocou está como uma dificuldade menor, salientando que as informações cotidas no site são mais que suficientes para um básico entendimento do sistema.

Em seguida, na questão doze, deixou-se um espaço para que os respondentes pudessem descrever alguma outra dificuldade que não havia sido mencionada no quadro da pergunta anterior. Novamente os três mencionaram algumas dificuldades, dois deles comentaram sobre o acesso a internet, pois várias das empresas menores não possuíam acesso e com o advento da nota eletrônica tiveram de buscar empresas que pudessem fazer a instalação. Por fim o secretário acrescentou que inicialmente, houveram problemas referentes à integração e comunicação entre as empresas e seus escritórios contábeis.

5 CONCLUSÃO

Diante do contexto atual, fica evidente que as tecnologias são muito importantes para o dia-a-dia das empresas. Com o passar do tempo e com o avanço das tecnologias a contabilidade não ficou para trás, evoluiu bastante e hoje estamos vivendo a era da informação, a era do Sped.

A evolução dos processos e controles não teria sido possível sem que houvesse inovações nesta área. Um dos desdobramentos do projeto Sped é a Nota Fiscal de Serviço Eletrônica. O desenvolvimento do estudo deu-se no Município de Feliz, especificamente no ramo de oficinas mecânicas. Feliz é um município pequeno e não possui muitas empresas no setor. A seleção das empresas para aplicação do questionário foi feita a partir do CNAE, da mesma forma que os dados analisados no início do estudo foram selecionados junto aos fiscais.

A presente pesquisa teve como objetivo responder a seguinte questão: Quais os reflexos da implantação da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica no Município de Feliz sob o ponto de vista do fisco municipal e dos empresários do setor de oficinas mecânicas?

Para responder a questão proposta foram aplicados questionários com as empresas do setor escolhido e também questionário com os fiscais e secretário municipal da fazenda. Para auxiliar na elaboração da pesquisa foi feito um estudo bibliográfico sobre o projeto Sped e os seus subprojetos. Além disto, foi feita uma breve pesquisa a respeito de impostos e CNAE.

Juntamente com a questão de pesquisa, foram criadas três proposições para direcionar o estudo. A primeira delas foi: a arrecadação aumentou com a implantação do sistema de emissão eletrônico de notas fiscais de serviço. De fato pode-se demonstrar segundo os números apresentados no início do estudo, que a arrecadação no Município de Feliz aumentou desde a implantação da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica. Outro indício que leva a termos essa conclusão são os testemunhos através dos questionários respondidos pelos fiscais e secretário, inclusive conforme descrito no estudo, este foi um dos benefícios destacados pelos respondentes. Porém também vale ser destacado que em meio à mudança do sistema de emissão manual para eletrônico, o Brasil mergulhou em uma grave crise fazendo com que o mercado em geral sofresse quedas. Acredita-se que este é o

motivo para os números da arrecadação nos últimos três anos não terem aumentado significativamente no setor escolhido.

A segunda proposição diz o seguinte: o sistema facilitou a emissão de notas de serviço. Corroborasse que o sistema facilitou a emissão de notas de serviço, porém em parte, conforme as respostas dos questionários. Pela visão do fisco municipal isto se confirma perfeitamente, pois o sistema trouxe maior agilidade nos processos fazendo com que diminuíssem erros, como podemos observar no quadro três, todavia observa-se que nem todos os benefícios são percebidos pelos usuários do sistema. Atesta-se isso no estudo, pelas respostas dos empresários, que alguns conseguem enxergar os resultados positivos que o meio eletrônico de emissão trouxe, enquanto outros ainda estão presos às antigas práticas.

Apesar da limitação da amostra do estudo, analisando a terceira proposição: o controle sobre a emissão aumentou após a implantação, é possível constatar conforme as respostas dos fiscais e do secretário que a proposição se percebe como positiva. As consultas aos dados das empresas e seus movimentos ficou muita mais eficiente a partir da aposentadoria dos talões de serviço, assim tanto os empresários tem benefícios em poder consultar a veracidade das notas, como o fisco municipal tem em fiscalizar as empresas sonegadas ou que optam por ter más praticas.

Além disto, é valido destacar que os benefícios da implantação do sistema eletrônico são maiores do que as dificuldades que se apresentaram ou se apresentam no dia-a-dia.

Por fim, acredita-se que o objetivo do estudo tenha sido alcançado por ter conseguido abranger todas as empresas do setor selecionado e seguido às etapas propostas. Essa pesquisa contribui para que as empresas prestadoras de serviço do município de Feliz possam em resumo analisar os efeitos que a implantação da Nota de Serviço Eletrônica teve. Mas é importante ressaltar que, a generalização ou aplicação dos resultados a outras realidades deve ser realizada com cautela.

A presente pesquisa teve como limitação as oficinas mecânicas e os fiscais municipais, e assim abre novos questionamentos para futuros estudos mais aprofundados, com uma análise global dos reflexos.

REFERÊNCIAS

APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de Metodologia Científica: Um Guia para a Produção do Conhecimento Científico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. Disponível em: <<https://ucsvirtual.ucs.br/startservico/MIB>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

BONFIM, Douglas Paveck et al. Nota fiscal eletrônica: uma mudança de paradigma sob a perspectiva do fisco estadual. **Contexto**, Porto Alegre, v. 12, n. 21, p.17-28, jul. 2012.

BRASIL. Receita Federal. Sistema Público de Escrituração Digital. **SPED**. Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/967>>. Acesso em: 17 out. 2016.

CARDOSO, Kelly Cristina Ribeiro Marques. **Contabilidade diante das modernas organizações**. Feira de Santana: Sitientibus, 2002, p.205-217.

CARNEIRO, Claudio. **IMPOSTOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

FEDERAL, Receita. **eSocial**. Disponível em: <<http://www.esocial.gov.br/>>. Acesso em: 31 out. 2016.

FEDERAL, Receita. **Portal da Nota Fiscal Eletrônica**. Disponível em: <<http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/principal.aspx>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

FEDERAL, Receita. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas**. Disponível em: <<https://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/>>. Acesso em: 6 maio 2017.

FEDERAL, Receita. **Portal do Sistema Público de Escrituração Digital**. Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/>>. Acesso em: 03 set. 2016.

GERAIS, Secretaria de Estado de Fazenda de Minas. **Portal da Nota Fiscal Eletrônica**. Disponível em: <<http://portalnfe.fazenda.mg.gov.br/>>. Acesso em: 02 set. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 6. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011. 314 p. ISBN 9788522466252.

MARIANO, Paulo Antonio; AZEVEDO, Osmar Reis. **SPED – Sistema Público De Escrituração Digital**. São Paulo: Iob, 2009.

MARIANO, Paulo Antonio; AZEVEDO, Osmar Reis. **SPED: sistema público de escrituração digital**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: IOB Folhamatic, 2013. 713 p. ISBN 9788537918197.

MASCARENHAS, Sidnei A. (Org.). **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson, 2012. Disponível em: <<https://ucsvirtual.ucs.br/startservico/PEA/>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

MÜLLER, Aderbal Nicolas (Org.). **Contabilidade introdutória**. São Paulo: Pearson, 2012 - . Disponível em: <<https://ucsvirtual.ucs.br/startservico/PEA/>>. Acesso em: 10 out. 2016.

NASCIMENTO, Geuma C. Sped: **Sistema Público de Escrituração Digital sem armadilhas**. São Paulo: Trevisan, 2013. 182 p. ISBN 9788599519448.

NEVES JÚNIOR, Idalberto José das; OLIVEIRA, Cleide Machado de; CARNEIRO, Eleandro Elias. **Estudo exploratório sobre os benefícios e desafios da implantação e utilização do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED na opinião de prestadores de serviços contábeis no Distrito Federal**. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 8, 2011, São Paulo. Anais. São Paulo: 2011.

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Curitiba: Intersaberes, 2016. (Dialógica). Disponível em: <<https://ucsvirtual.ucs.br/startservico/PEA/>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

PETRI, Sérgio Murilo et al. ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL (EFD): VANTAGENS E DESVANTAGENS A PARTIR DA LITERATURA SELECIONADA. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p.53-69, nov. 2013.

PRONIM. **Portal da Transparência**. Disponível em: <<http://portal.feliz.rs.gov.br:8081/pronimtb/>>. Acesso em: 7 abr. 2017.

RUSCHEL, Marcia Erna; FREZZA, Ricardo; UTZIG, Mara Jaqueline Santore. O impacto do sped na Contabilidade desafios e perspectivas do profissional contábil. **Revista Catarinense da Ciência Contábil – Crcsc**, Florianópolis, v. 10, n. 29, p.9-26, jul. 2011.

SILVA, Luiz Carlos da et al. Os impactos da nota fiscal eletrônica nas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas em Umuarama/PR. **Navus - Revista de Gestão e Tecnologia**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p.49-63, jun. 2014. Disponível em: <<http://navus.sc.senac.br/index.php/navus/article/view/122/141>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

YAMAMOTO, Marina Mitiyo; PACCEZ, João Domiraci; MALACRIDA, Mara Jane Contrera. **Fundamentos da Contabilidade: A nova contabilidade no contexto global**. São Paulo: Saraiva, 2011. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502107472/cfi/0!/4/2@100:0.00>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DAS EMPRESAS	49
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DOS FISCAIS E SECRETÁRIO	53

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DAS EMPRESAS

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Estamos encaminhando o instrumento de coleta de dados cujas respostas serão utilizadas na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido por Leonardo Klering Staudt, aluno do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul – UCS, orientando do Professor Ms. Tarcísio Neves da Fontoura.

Nesse sentido, gostaríamos que o referido instrumento fosse respondido por V.Sa. contribuindo assim de forma decisiva na elaboração da pesquisa.

Cabe salientar que as respostas fornecidas somente serão divulgadas sob o aspecto global, nunca de forma específica ou se reportando a um respondente em especial.

Visando o atendimento dos prazos estabelecidos para o desenvolvimento da pesquisa, solicitamos que o questionário seja respondido **até o dia 21 de abril de 2017. O tempo previsto de resposta é de 15 minutos**, validado de acordo com o pré-teste do instrumento. Os contatos poderão ser feitos com o aluno por email: lkstaudt2@gmail.com.

Agradecemos a vossa colaboração e permanecemos a disposição para prestar quaisquer informações adicionais.

Questionário

1. Qual o regime de tributação da sua empresa?

- (a) MEI (Micro Empreendedor Individual)
- (b) Simples Nacional
- (c) Lucro Presumido
- (d) Lucro Real

2. Qual o número de funcionários registrados na sua empresa?

- (a) até 05
- (b) 05 a 10

(c) mais de 10

3. Quem emite as notas fiscais na sua empresa?

(a) Funcionário

(b) Proprietário

(c) Outro

4. A sua empresa trabalha com Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e)?

(a) Sim

(b) Não

5. Se sim. Você iniciou a emissão da NFS-e na sua empresa por qual motivo?

(a) Obrigatoriedade

(b) Voluntariedade

6. A sua empresa já possuía computadores e internet (antes da implantação da NFS-e)?

(a) Sim

(b) Não

7. Se você teve que adquirir equipamentos de informática (computadores, notebooks, impressoras, scanners, entre outros), qual foi o valor investido?

(a) até R\$ 2.000,00

(b) de R\$ 2.001,00 à R\$ 4.000,00

(c) acima de R\$ 4.001,00.

8. Em sua empresa já havia alguém com conhecimento prévio sobre emissão de notas e utilização de equipamento de informática?

(a) Sim

(b) Não

9. Classifique: de 01 (menor dificuldade) a 05 (maior dificuldade) quais pontos a NFS-e gerou maiores dificuldades para a sua empresa:

-	BENEFÍCIOS	1	2	3	4	5
A	Redução de custos e consumo de papel.					
B	Aumento na confiabilidade da Nota Fiscal.					
C	Rapidez no acesso às informações.					
D	Planejamento de logística de entrega pela recepção antecipada da informação da NFS-e.					
E	Eliminação dos arquivos (morto).					
F	Redução de erros na emissão.					
G	Cadastro de clientes.					
H	Velocidade de emissão da Nota Fiscal.					
I	Padronização de relacionamentos eletrônicos entre empresas.					

10. Você acredita que o sistema de emissão de notas eletrônico melhorou a fiscalização por parte da Prefeitura?

- (a) Sim
- (b) Não
- (c) Não sei responder

11. Se sim. Como?

- (a) Maior confiabilidade da Nota Fiscal de Serviço
- (b) Diminuição da sonegação e aumento da arrecadação
- (c) Redução do consumo de papel, como impacto positivo no meio ambiente

12. Classifique: de 01 (menor benefício) a 05 (maior benefício) quais pontos a NFS-e gerou maiores benefícios para a sua empresa:

13. Todos os meses o escritório de contabilidade faz o fechamento dos serviços prestados e tomados de sua empresa, entregando uma declaração chamada DEISS. Também informam a Receita Bruta mensal, para que a alíquota do ISSQN retido ou não seja calculada automaticamente. Você acha que isso eliminou os erros de escrituração quanto à alíquota de ISSQN?

- (a) Sim
- (b) Não

(c) Não sei responder

14. Você sabe como é determinada a alíquota do ISSQN referente ao serviço de manutenção de veículos?

(a) Sim

(b) Não

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DOS FISCAIS E SECRETÁRIO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Estamos encaminhando o instrumento de coleta de dados cujas respostas serão utilizadas na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido por Leonardo Klering Staudt, aluno do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul – UCS, orientando do Professor Ms. Tarcísio Neves da Fontoura.

Nesse sentido, gostaríamos que o referido instrumento fosse respondido por V.Sa. contribuindo assim de forma decisiva na elaboração da pesquisa.

Cabe salientar que as respostas fornecidas somente serão divulgadas sob o aspecto global, nunca de forma específica ou se reportando a um respondente em especial.

Visando o atendimento dos prazos estabelecidos para o desenvolvimento da pesquisa, solicitamos que o questionário seja respondido **até o dia 15 de maio de 2017. O tempo previsto de resposta é de 15 minutos**, validado de acordo com o pré-teste do instrumento. Os contatos poderão ser feitos com o aluno por email: lkstaudt2@gmail.com.

Agradecemos a vossa colaboração e permanecemos a disposição para prestar quaisquer informações adicionais.

Questionário

1. Qual a sua função na Prefeitura Municipal de Feliz?

- () Fiscal Tributário Municipal atuante
- () Fiscal Tributário Municipal não atuante
- () Secretário

2. Há quanto tempo você exerce essa função?

- () a menos de 1 ano
- () de 1 a 3 anos
- () mais de 3 anos

3. Você acredita que a partir da implantação do Programa de NFS-e os erros de escrituração diminuíram?

- () Sim
 () Não
 () Diminuíram porem ocorrem muitos erros ainda.

4. Na sua visão, como foi a aceitação dos empresários quando da implantação NFS-e?

- () Ótima
 () Boa
 () Ruim
 () Não sei responder

5. Você acha que os empresários conseguem entender todos os benefícios que a Nota Fiscal Eletrônica de Serviço trouxe?

- () Sim
 () Não

6. Em sua maioria, os empresários passaram a emitir as notas de serviço por meio eletrônico de que forma?

- () Pela obrigatoriedade
 () Voluntariamente

7. Para você quais os maiores benefícios que a nota eletrônica trouxe (enumere de 01 a 09).

BENEFÍCIOS	Nº
Redução de custos e consumo de papel	
Aumento na confiabilidade da Nota Fiscal	
Rapidez no acesso às informações	
Planejamento de logística de entrega pela recepção antecipada da informação da NFS-e	
Eliminação dos arquivos (morto)	

Redução de erros na emissão	
Cadastro de clientes	
Velocidade de emissão da Nota Fiscal	
Padronização de relacionamentos eletrônicos entre empresas	

8. Para você há algum outro benefício que não foi citado no quadro acima?

Não

Sim, quais?

9. Você acredita que o sistema de emissão de notas eletrônico melhorou a fiscalização por parte da Prefeitura?

Sim

Não

10. Em sua visão, a partir da implantação do sistema eletrônico, houve diminuição na sonegação fiscal?

Sim

Não

11. Para você quais os maiores dificuldades que o sistema da nota eletrônica trouxe para os empresários? (enumere de 01 a 07).

DIFICULDADES	Nº
Cadastramento de serviços	
Investimentos em equipamentos de informática	
Adaptação ao sistema	
Falhas no sistema	
Dificuldade de comunicação entre sistema próprio e sistema Municipal (web service)	
Preenchimento da NFS-e	
Falta de informação sobre o sistema	

12. Para você há alguma outra dificuldade que não foi citada no quadro acima?

- Não
 - Sim, quais?
-